283ª ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CARAGUAPREV

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, às 15h30min, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev realizou reunião ordinária em sua sede, localizada na Av. Prestes Maia, número trezentos e dois, Centro, Caraguatatuba/SP. Presentes à reunião o Presidente do Conselho Marcus da Costa Nunes Gomes e os membros Ivone Cardoso Vicente Alfredo, Rosemeire Maria de Jesus, Roberta Alice Zimbres Franzolin e Ivy Monteiro Malerba. Ausentes os Conselheiros Gilceli de Oliveira Ubiña, que justificou sua ausência na reunião ordinária, pois encontra-se fora da cidade para acompanhar familiar em consulta médica, o Conselheiro Ronaldo Cheberle justificou sua ausência informando que no mesmo horário da reunião do Conselho Deliberativo estava participando de reunião com o Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Habitação de Urbanismo (GAEMA) do Ministério Público do Paraná e Marcia Denise Gusmão Coelho que justificou sua ausência informando que está com síndrome gripal e que fez o exame de COVID-19, que depois veio a confirmar o resultado positivo, assim para preservar a saúde de todos não pode comparecer à reunião. O Presidente do Conselho apresentou as justificativas dos ausentes, sendo elas aprovadas por todos os presentes. Presente também à reunião o Presidente do CaraguaPrev Pedro Ivo de Sousa Tau, a Diretora Financeira Luana Moussalli Forcioni Guedes e a Diretora de Benefícios Rose Ellen de Oliveira Faria. O Presidente do Conselho Deliberativo deu abertura a reunião agradecendo a presença de todos principalmente nesse momento de crise sanitária e informou os Conselheiros que a Conselheira Gilceli de Oliveira Ubiña se negou a assinar a Ata anterior de n.º 282, nem justificou o porquê. Após fez a leitura do e-mail enviado pela Conselheira Gilceli solicitando que seja inserido na ata da última reunião o questionamento sobre “*a alteração de contrato com a empresa que faz o calculo atuarial sem consulta ao Conselho Deliberativo*”. O Presidente do Conselho justificou que o assunto em questão não era pauta da reunião anterior, fugindo da necessidade de inclusão na Ata, pois se tratou de um questionamento feito pela Conselheira sendo respondido na reunião anterior pelo Presidente do CaraguaPrev, informou ainda que o Conselheiro deverá se ater à pauta durante as sessões e no caso de dúvidas e/ou questionamentos sobre assuntos diversos à mesma, manifestar-se via requerimento sendo que sua inclusão deverá ser feita apenas com a aprovação do requerimento pelo Colegiado. O Presidente do CaraguaPrev pediu a palavra e informou aos Conselheiros,

novamente, que o contrato com a empresa de consultoria atuarial anterior não foi rescindido e sim teve seu término na data do seu vencimento, portanto foi necessário a abertura de novo procedimento para contratação de empresa para realização da Avaliação Atuarial Anual. Informou ainda que o objeto do contrato atual foi apenas prestação de serviço para a elaboração da Avaliação Atuarial Anual, data base dezembro de 2020, que não é contrato de consultoria como alega a Conselheira, pois conforme a Lei Federal 173, de 27 e maio de 2020 e, seu artigo 8º ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a servidores e empregados públicos; criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa; alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa; admitir ou contratar pessoal; realizar concurso público, exceto para as reposições de vacâncias; criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório; adotar medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins. Assim, um contrato de Consultoria Atuarial continuado seria um gasto desnecessário, pois durante o exercício de 2021 não pode ser concedido nenhuma das hipóteses citadas na Lei Federal 173/20, por esse motivo foi contratado apenas a prestação de serviço de elaboração da Avaliação Atuarial Anual, sendo paga pela ficha orçamentária de prestação de serviços, lembrando que o artigo 93 da lei Complementar n.º 59, de 05 de novembro de 2015, impõe que o CaraguaPrev deverá contratar empresa de assessoria atuarial, devidamente habilitada, para proceder às reavaliações atuariais de seus fundos e reservas matemáticas, no sentido de avaliar a sua situação econômico-financeira e o equilíbrio atuarial de seus ativos e passivos. Entretanto, foi enviado por e-mail para todos os Conselheiros o Termo de Referência para que fossem cientificados da contratação. Após explicação do Presidente do CaraguaPrev, o Presidente do Conselho reiterou que o Conselheiro deverá se ater à pauta durante as sessões e no caso de dúvidas e/ou questionamentos sobre assuntos diversos à mesma, manifestar-se via requerimento, sendo que sua inclusão deverá ser feita apenas com a aprovação do requerimento pelo Colegiado, o que foi aprovado pela maioria dos Conselheiros presentes. Após às informações iniciais o Presidente do Conselho Deliberativo elencou os itens da pauta sendo: 1) Prestação de contas do mês de Dezembro/2020 e passou a palavra à Diretora

Financeira do Instituto, que apresentou o primeiro item da pauta que trata da prestação da Prestação de Contas do mês de DEZEMBRO de dois mil e vinte, que está disponibilizada no site do Instituto, sendo enviado o link para os Conselheiros no ato da convocação da reunião, assim foram analisadas e aprovadas as demonstrações financeiras, bem como os relatórios e balanços contábeis das receitas e despesas, as conciliações bancárias, apresentada a evolução da execução do orçamento do RPPS e as contribuições previdenciárias, a rentabilidade, o enquadramento dos investimentos com a Política de Investimentos do CaraguaPrev e atendimento a Resolução número três mil novecentos e vinte e dois do Conselho Monetário Nacional. Após a Diretora Financeira do CaraguaPrev apresentou o Gráfico da evolução patrimonial e rentabilidade mensal do ano de 2020 e os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo, conforme relatório da análise dos investimentos e balanços contábeis disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto. Assim, após apresentação a Diretora Financeira perguntou se algum Conselheiro tem alguma dúvida ou consideração e com a negativa a Prestação de Contas foi aprovada por todos os presentes. Informou ainda que a Prefeitura Municipal de Caraguatatuba realizou o pagamento de todas as Contribuições Patronais com a devida correção monetária e juros de mora, estando regular com os repasses. Registre-se que o Certificado de Regularidade Previdenciária está vigente até o dia 29 de maio de 2021. O Presidente do CaraguaPrev informou aos Conselheiros que estavam afastados para concorrer a mandato eletivo que conseguiu com a empresa de Consultoria Previdenciária ABCprev a abertura de curso on-line de formação de conselheiros. Nada mais havendo a tratar, encerrada a reunião pelo Presidente do Conselho Deliberativo às 16h30min, lavrada a competente Ata, que segue, para aprovação pelos membros do Conselho Deliberativo.

Marcus da Costa Nunes Gomes
Presidente do Conselho Deliberativo

Ivone Cardoso Vicente Alfredo
Membro do Conselho Deliberativo

Roberta Alice Zimbres Franzolin
Membro do Conselho Deliberativo

Ivy Monteiro Malerba
Membro do Conselho Deliberativo

Rosemeire Maria de Jesus
Membro do Conselho Deliberativo
Certificação: ANBIMA CPA-10

Rose Ellen de Oliveira Faria
Diretora de Benefícios do CaraguaPrev

Pedro Ivo de Sousa Tau
Presidente do CaraguaPrev
Certificação: ANBIMA CPA-10

Luana Moussalli Forcioni Guedes
Diretora Financeira do CaraguaPrev
Certificação: ANBIMA CPA-10